JORNAL
CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS
SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO
EDIÇÃO - ABRIL DE 2015

Ministro do Trabalho entrega certificado de representatividade à CSB

Páginas 6 e 7

Cerimônia realizada em Brasília ratificou o índice de aferição de 7,43% junto ao MTE

Ministros Edinho Araújo (Portos), Manoel Dias (Trabalho), Michel Temer, vice-presidente da República, ministro Carlos Gabas (Previdência) e deputado Baleia Rossi participaram da cerimônia histórica de entrega do certificado.

Em Reunião da Executiva Nacional, Central define as estratégias de trabalho para 2015

Páginas 8 e 9

Mobilização em todo o País luta contra o retrocesso das Medidas Provisórias 664 e 665

Página 5

Encontro Nacional dos Servidores Públicos debate o fortalecimento da categoria

Página 4

CSB pede a revogação da lei que estabelece o fim da profissão de técnico em contabilidade

Página 12

Editorial

É hora de retomarmos o crescimento e a geração de empregos no Brasil

Importância da CSB cresce com a necessidade de avançar na pauta trabalhista. Diretoria seguirá firme na luta pelo desenvolvimento do País e pela valorização dos trabalhadores

O Brasil atravessa atualmente um momento delicado economicamente. Já vivemos situações semelhantes no passado, como na década de 1990 e na crise internacional de 2008. Nos dois casos, o governo adotou medidas distintas. Na primeira delas, lançou mão de uma política recessiva e de ataque aos direitos. O resultado foi perverso para o Brasil e para os trabalhadores. Levamos anos para recuperar o País.

Em 2008, mesmo sob efeitos muito mais acentuados da crise externa, o Brasil adotou outra postura. Apostou nos investimentos em infraestrutura, na ampliação dos benefícios sociais e na manutenção dos direitos trabalhistas. Saímos da crise, geramos empregos e melhoramos significativamente a distribuição de renda.

Este ano, diante do cenário pessimista, a equipe econômica do novo governo optou por uma receita já conhecida, propondo uma série de ajustes na economia, que conduzirão o Brasil a uma situação de recessão e desemprego. Trouxe uma pauta negativa para a sociedade, sem medidas que apontem para a retomada do crescimento e ainda com propostas que, sem dúvida, atentam contra direitos adquiridos.

E foi por analisar com responsabilidade este panorama que nos colocamos contra as Medidas Provisórias 664 e 665, implantadas sem discussão com o Congresso e com as centrais sindicais, que alteram as regras para o seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-defeso dos pescadores artesanais.

O momento, como nos mostra a experiência que já tivemos em 2008, passa novamente pela necessidade de construirmos uma pauta voltada para o crescimento do País e o desenvolvimento de suas forças produtivas, além de solucionar as demandas mais urgentes dos trabalhadores, que vêm causando uma série de consequências danosas para o progresso do povo e do Brasil.

O fator previdenciário, a regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT, e a geração de empregos são exemplos indiscutíveis de que é hora de avançarmos nos debates para ampliar as conquistas dos trabalhadores e, consequentemente, impulsionar o crescimento da Nação.

E, neste contexto, cresce a importância da CSB, que conquistou o índice de representatividade junto ao Ministério do Trabalho. Somos uma central nova com propostas modernas, que buscam construir uma alternativa ao panorama apresentado atualmente. Em sintonia e sob o respaldo desta postura, a CSB encontrou ressonância entre os sindicatos, alcançando um crescimento surpreendente e robusto em pouco tempo.

Realizamos nosso Congresso Extraordinário, em fevereiro de 2012, que reformulou as bases da Central e elegeu a atual diretoria. Apenas um ano depois, atingimos 7,43% de representatividade na aferição do MTE, com 29 federações e mais de 500 sindicatos filiados. Em dois anos, a CSB criou corpo, ampliou sua atuação e se mostrou uma central diferenciada quando o assunto é o trabalhador. E tem mostrado a sua força nas principais lutas atuais.

Nossa mobilização em Brasília contra as MPs 664 e 665 foi intensa, e percebemos que o clima no Congresso é favorável aos trabalhadores. Isso só corrobora o nosso ideal de continuar a luta, sempre, buscando fortalecer e ampliar nossas bases.

A Reunião da Executiva Nacional consolidou as diretrizes para 2015. Centenas de dirigentes de todo o Brasil se reuniram em Brasília para construir as estratégias da Central e unir forças em nome de um único ideal: a defesa da classe trabalhadora. Na cerimônia de entrega do certificado de representatividade, veio o reconhecimento de um trabalho árduo, coroado em uma noite de presenças importantíssimas para o cenário político e trabalhista, como o vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros do Trabalho, Manoel Dias, da Previdência, Carlos Gabas, e dos Portos, Edinho Araújo.

Eventos como o Encontro Nacional dos Servidores Públicos da CSB são a mostra de que a nossa base está engajada e disposta a debater os temas mais importantes para o crescimento das categorias. Se nos diferenciamos pelas propostas, também o fazemos pela iniciativa de capacitar nossos dirigentes e ampliar seus horizontes. O curso de negociação coletiva para os servidores do Mato Grosso é apenas o primeiro dos muitos projetos que ainda realizaremos em 2015.

Estamos preparados e dispostos a seguir adiante. Nossas armas são aquelas que nos transformam em gigantes quando o objetivo é defender os trabalhadores brasileiros. Sigamos juntos novamente em mais esta jornada.

Antonio Neto
Presidente

FILIE-SE À CSB

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES BRASIL MAIS JUSTO

Expediente

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
CNPJ/MF SOB Nº 09.414.140/0001-80
Diretor-presidente: Antonio Neto • *Endereço:* Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 e 92 - Barra Funda - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01156-001 • *Tel.:* (11) 2384-5705 / 5706
Site: www.csbbrasil.org.br • *E-mail:* csbbrasil@csbbrasil.org.br
JORNAL CSB:
Edição Abril /2015 • *Tiragem:* 50.000 exemplares
• *Jornalista Responsável:* Alessandro Rodrigues - MTb 37.604/SP
• *Repórteres:* Cintia Santiago - MTb 69548/SP, Daiane Cezário - MTb 73036/SP, Luciane Mediato - MTb 64934/SP e Jessamy Kisberi - MTb 62778/SP.
• *Projeto Gráfico:* Paulo Barros Jr. • *Diagramação:* Sergio Mirisola
• *Fotos:* Equipe In Time • *Edição, Revisão e Produção Gráfica:* In Time Comunicação
Tel.: (11) 5080-0670 - www.intimecom.com.br

JORNAL CSB
Abr/2015

Comissão Nacional da Verdade entrega relatório final sobre a repressão aos trabalhadores na ditadura

Documento propõe a revisão da Lei de Anistia, a desmilitarização das Polícias Militares, a autonomia sindical, o direito de greve, o fim do interdito proibitório e a revogação da Lei de Segurança Nacional

O Grupo de Trabalho "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores, às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical", criado pela Comissão Nacional da Verdade com a participação das centrais sindicais, investigou por mais de um ano os crimes cometidos contra a classe trabalhadora e o movimento sindical no período de 1946 a 1985.

Em dezembro de 2014, o GT entregou o relatório final da investigação à Comissão durante ato público em São Paulo. Representantes da CNV e das centrais sindicais também entregaram as recomendações para a presidenta Dilma Rousseff em evento no Palácio do Planalto. Ismael Antonio de Souza, diretor do Sindpd e representante da CSB no Grupo, é ex-preso político e membro do GT. O dirigente representou as centrais sindicais no evento com a presidenta e discursou em outra cerimônia promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O trabalho de construção do documento foi intenso ao logo dos meses, com reuniões, eventos e atos que permitiram a formatação de provas sobre os acontecimentos à época. O relatório propõe mudanças na legislação, como a revisão da Lei de Anistia e a desmilitarização das Polícias Militares, além de defender a aprovação do Anteprojeto de Lei que pede, entre outras coisas, a garantia da autonomia sindical, o direito irrestrito de greve e o fim do interdito proibitório. Dentre as recomendações também está o pedido de revogação da Lei de Segurança Nacional.

Segundo Alvaro Egea, secretário-geral da CSB e integrante do GT, também é necessário que haja uma mudança nos currículos das escolas militares e nas de educação básica. "Atualmente, os estudantes aprendem que os sindicatos e movimentos sociais são inimigos internos do País. Essa visão é conservadora e retrógrada. São os trabalhadores que fazem a economia brasileira crescer. A luta do proletariado e do movimento sindical precisa ser ensinada de outra maneira. As recomendações apresentadas pelo Grupo são um passaporte para o futuro e progresso dos trabalhadores no que se refere aos direitos humanos e a liberdade sindical", disse.

Entrega do relatório do Grupo de Trabalho à Comissão Nacional da Verdade

Audiências públicas

Além das recomendações, o Grupo listou e identificou um conjunto de 24 empresas que colaboraram com as forças de repressão política, perseguindo funcionários por suas atividades sindicais ou porque manifestavam discordância do regime. Mesmo com o término das investigações da Comissão Nacional da Verdade, a CSB e as centrais sindicais continuam o trabalho de investigação dessas empresas. O Fórum de Trabalhadores e Trabalhadoras por Verdade, Justiça e Reparação foi criado para apurar a participação das companhias no aparato de repressão da ditadura.

O grupo convocou as empresas que contribuíram com o regime militar para uma série de audiências públicas. As primeiras ocorreram no início de março de 2015 e analisaram a participação da Volkswagen, da antiga Cobrasma (Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários), da Aliperti, do Metrô, da Embraer e da Docas na perseguição aos trabalhadores. Foram apresentados documentos e vídeos que comprovam o envolvimento das companhias com a ditadura, além de depoimentos de trabalhadores que testemunharam ou vivenciaram episódios de repressão em fábricas.

O ex-ferramenteiro e sindicalista Lucio Bellentani, que trabalhou na Volks entre os anos de 1964 e 1972, foi um dos trabalhadores que prestaram depoimento sobre as ações da montadora. "Fui preso e torturado dentro da própria empresa. Quem comandou a prisão foi o coronel Rudge, que era chefe de segurança da empresa na época. Levaram-me para o Departamento de Pessoal, onde havia outros agentes do Dops. Ali levei porrada. Dali fui para o Dops, onde fiquei 45 dias totalmente incomunicável", contou.

Ismael Antonio de Souza explica que muitas empresas que contribuíram com o golpe foram beneficiadas em licitações públicas. "O golpe foi claramente contra os trabalhadores. Os empresários, junto com os militares, uniram forças contra o povo. Muitas famílias com tradição no empresariado fizeram verdadeiras fortunas na época da ditadura, pois pagavam mal aos funcionários e recebiam incentivos do governo. A ditadura favoreceu uma única classe, a dos ricos. Os financiadores desse regime não podem ficar impunes", argumentou.

Audiência pública com empresas que contribuíram com a ditadura contou com depoimento de perseguidos

Evento em Sorocaba homenageou mais de 80 trabalhadores

Homenagens

O Grupo de Trabalho, em parceria com a CSB, organizou, em Sorocaba (SP), o "Ato Sindical Unitário em Homenagem à Memória dos que Lutaram, para que Sua Luta Seja Eternizada". Com o lema "Pelo resgate da memória, verdade, justiça e reparação", o evento homenageou mais de 80 ferroviários, têxteis, metalúrgicos e rurais do interior de São Paulo que resistiram e lutaram contra a ditadura militar. Personalidades, políticos, trabalhadores, dirigentes sindicais e familiares dos homenageados participaram do evento.

Veja no site da CSB a cobertura completa do trabalho do GT da Comissão da Verdade.

Primeiro encontro dos servidores públicos será realizado em abril

Evento acontecerá no Espírito Santo e tem como objetivo debater temas importantes da categoria

A primeira edição do encontro dos servidores públicos da CSB será realizado entre os dias 22 e 24 de abril, em Aracruz, Espírito Santo. O evento, que terá o apoio da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Espírito Santo (Fespumees), vai debater questões como a regulamentação da Convenção 151 da OIT, previdência social dos servidores públicos da União, estados e municípios, a terceirização na administração pública, licença sindical, qualificação do servidor público, assistência médica e reajuste dos vencimentos.

"Vamos fazer um grande encontro para debater as principais questões relacionadas aos servidores públicos. Nenhuma outra central se preocupa tanto com servidores quanto a CSB. Será uma referência nacional de unicidade sindical", disse o presidente da Federação e diretor da CSB, Jorge Nascimento.

"Temos de combater a criminalização dos sindicatos que fazem greve no setor e lutar por uma data-base nacional para a negociação coletiva. O encontro será fundamental para unirmos forças e conseguirmos avançar na luta do funcionalismo", destacou Cosme Nogueira, presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais (FESERP-MG) e diretor da CSB.

São esperados mais de 250 dirigentes sindicais das mais diversas profissões e esferas da administração.

Servidores públicos do Distrito Federal fazem paralisação de 24 horas

CSB trabalha para que haja diálogo com o governo e as reivindicações sejam atendidas

Leandro Vieira mobiliza servidores públicos durante paralisação

Sindicatos de servidores públicos e trabalhadores de 18 categorias do Distrito Federal fizeram, em março, uma paralisação geral de 24 horas. Mais de 10 mil servidores públicos protestaram em frente ao Palácio do Buriti.

As categorias estão insatisfeitas com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Ministério Público, que questiona reajustes salariais e de carreiras definidos em 2013. A ADI é contra os reajustes salariais de 33 categorias profissionais do governo do Distrito Federal.

De acordo Leandro Vieira, presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal (Sindpen-DF) e representante da CSB, na manifestação os servidores aprovaram o estado de greve. "Essa paralisação é um aviso: caso o MP não retire a ADI, o Distrito Federal terá uma greve geral dos servidores", disse Vieira. "Estamos protestando contra essa iniciativa do Ministério Público, que julgamos ser completamente equivocada, e pedindo que o governador resolva a questão", afirmou o sindicalista.

Dilma Rousseff sanciona lei que transforma homicídio de mulher em crime hediondo

A Lei do Feminicídio coloca assassinato de mulheres entre os tipos de homicídios qualificados

Dilma Rousseff cumprimenta Maria Abadia durante cerimônia de sanção da Lei do Feminicídio

A presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Feminicídio (8305/14), que qualifica como crime hediondo o homicídio contra a mulher e pune mais severamente os agressores. O texto também aumenta a pena se o crime acontecer durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto. Classificado como crime hediondo, impede a fiança e dificulta a progressão de regime de condenados. A Central participou do evento de sanção, em Brasília, com suas dirigentes da CSB-Mulher.

Para Maria Abadia, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (SISIPSEMG), "a nova lei dá segurança de a mulher ser reconhecida como uma pessoa com os mesmos direitos e também permite a ela saber onde recorrer quando se sentir ameaçada".

Nova diretoria do Sindicato dos Taxistas do Ceará é eleita

A diretoria do Sindicato dos Taxistas do Ceará (Sinditaxi) foi reeleita com 90% dos votos dos trabalhadores associados à entidade e terá como principal desafio o combate aos táxis clandestinos.

O presidente Vicente de Paula Oliveira afirma que o resultado das urnas mostrou a força da chapa vencedora. "Nossa campanha foi feita com muito empenho e propostas concretas, que debatemos com os trabalhadores. Os taxistas são os maiores beneficiados nessa vitória", explicou o dirigente.

Trio Cambuci anima os paulistanos no projeto No Clima do Choro

Com o apoio cultural da CSB, o primeiro show do projeto No Clima do Choro foi feito pelo Trio Cambuci com participação especial do cantor Celso Miguel, no Parque da Aclimação, em São Paulo. O projeto prevê mais 13 apresentações musicais com grupos distintos, explorando a diversidade do estilo.

Segundo o Trio, o evento é fundamental para a manutenção do chorinho como patrimônio cultural brasileiro. "O choro é uma raiz da música brasileira. Todos os músicos pesquisam sobre o estilo. Um novo espaço é importante para divulgar e isso ajuda a preservar nossa cultura e os músicos", afirmou o instrumentista Arthur Bernardo.

JORNAL CSB
Abr/2015

Medidas Provisórias 664 e 665 representam o retrocesso dos direitos trabalhistas

Mobilização da CSB luta contra as novas regras do acesso ao seguro-desemprego e abono salarial; Central também age em defesa dos trabalhadores da Petrobras

No Dia Nacional de Lutas, centrais convocaram trabalhadores, militantes e dirigentes sindicais de todo o Brasil para protestar contra as medidas e em defesa da Petrobras

Editadas pelo governo no final de 2014, as Medidas Provisórias 664 e 665 tornaram-se ponto de atenção do movimento sindical por ultrajarem direitos já consolidados. As MPs, anunciadas sem qualquer consulta ou discussão prévia com os representantes da classe trabalhadora, propõem a redução de garantias referentes ao acesso a seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep), seguro-defeso, auxílio-reclusão, pensões, auxílio-doença e, ainda, estabelece a terceirização da perícia médica para a esfera privada.

Na opinião unitária do movimento sindical, a alegação do governo de corrigir distorções e coibir fraudes no sistema é apenas uma cortina de fumaça para restringir o acesso a conquistas legítimas. Estudos apontam que as MPs 664 e 665 devem causar impactos regressivos à vida de milhões de brasileiros, especialmente para jovens e cidadãos que recebem menores remunerações.

Dados do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) mostram que – com base nos dados de 2013 – para o primeiro acesso ao seguro-desemprego, 42% dos beneficiados seriam excluídos do programa. Deste montante, 44% são jovens. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em levantamento feito com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do governo e sob a ótica das novas regras, ressalta que o montante de trabalhadores que não teriam direito ao benefício aumentaria para 8 milhões, algo em torno de 64,4% do total de desligados.

No que diz respeito ao abono salarial, números do Dieese apontam que 43,4% dos trabalhadores formais permanecem por menos de seis meses em um mesmo emprego e mais da metade - 54,8% - ganhavam, em 2013, até dois salários mínimos.

"Há outras propostas para o ajuste fiscal pretendido pelo governo, como a tributação de grandes fortunas ou uma alíquota maior do Imposto de Renda para os mais ricos. Há outras fórmulas para você fazer o ajuste fiscal sem penalizar trabalhadores", criticou Antonio Neto.

Petrobras

Cerca de 20 mil trabalhadores de empresas terceirizadas da Petrobras sofrem com problemas nos pagamentos e demissões. Os funcionários não estão recebendo seus salários e demais direitos trabalhistas devido às denúncias de corrupção na companhia.

"Não podemos permitir que a economia, os empregos e, sobretudo, que as famílias desses profissionais sejam punidas por conta dos desvios e atos ilícitos dos envolvidos na corrupção", disse Antonio Neto.

Para reagir às consequências desses dois cenários, a CSB mobilizou seus dirigentes no Congresso Nacional e em todo o Brasil para proteger os trabalhadores.

Confira as principais ações empenhadas pela Central contra as MPs 664 e 665, e em defesa da Petrobras

Ernesto Pereira, assessor parlamentar da CSB, em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre as regras das MPs

Antonio Neto, Dilma Rousseff e Aloizio Mercadante, ministro-chefe da Casa Civil, em reunião sobre a proteção dos funcionários das empresas terceirizadas da Petrobras

Neto se encontra com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no plenário da Casa

Presidente da CSB e os ministros Carlos Gabas (Previdência), Manoel Dias (Trabalho e Emprego), Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência) e Nelson Barbosa (Planejamento) em reunião sobre as MPs 664 e 665

Ernesto Pereira, Francisco Moura (Sinditáxi), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Antonio Neto em reunião na Câmara

Em cerimônia histórica, ministro do Trabalho entrega certificado de representatividade à CSB

Reunião realizada em Brasília contou com a presença do vice-presidente da República, dos ministros do Trabalho, da Previdência e dos Portos, além de parlamentares e da direção nacional da Central

A noite de 4 de fevereiro entrará para a história da CSB. Nesta data, a Central dos Sindicatos Brasileiros recebeu das mãos do Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o certificado de representatividade junto ao MTE. Participaram da cerimônia, realizada na sede do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol-DF), em Brasília, o vice-presidente da República, Michel Temer, os ministros da Previdência, Carlos Gabas, dos Portos, Edinho Araújo, além de parlamentares – deputados federais Baleia Rossi (PMDB-SP), Ezequiel Teixeira (SDD-RJ), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), Lincoln Portela (PR-MG), Sergio de Souza (PMDB-PR), Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) -, autoridades ligadas ao Trabalho e toda a Executiva Nacional da Central.

O presidente da CSB, Antonio Neto, afirmou em seu discurso que a construção da Central foi necessária para elaborar uma nova forma de organização, dando a importância devida aos sindicatos e sustentando as bandeiras da unicidade sindical, da democracia e da construção de um Brasil mais justo e igualitário. "Nós tivemos muito trabalho para chegar até aqui. Mas aqui tem um conjunto de companheiras e companheiros comprometidos com a mudança, em fazer um Brasil para os brasileiros, na defesa das questões mais profundas", disse Neto.

Manoel Dias e Michel Temer entregam a Antonio Neto o certificado de representatividade da CSB

União

Michel Temer enalteceu a figura de Antonio Neto como militante político na defesa dos trabalhadores. O vice-presidente ressaltou também que a união é fator fundamental na representação do povo. "Acho fundamental que vocês, que são nossos companheiros, estão percebendo a importância desse ato. Quero dizer mais uma vez, nesse momento de festa para a CSB, vamos enaltecer o Brasil dizendo apenas a verdade. Vai indo bem e vai melhor agora que se criou a Central dos Sindicatos Brasileiros", reiterou o vice-presidente da República.

Compromisso

Para o ministro do Trabalho, a CSB é uma central "comprometida com os trabalhadores brasileiros na construção de um país justo, democrático e socialista". "O Antonio [Neto] e todos os seus parceiros e companheiros têm sido importantes na construção deste novo país. Aquele Brasil que nós queremos passa pela efetiva participação dos trabalhadores brasileiros", destacou Manoel Dias.

Segundo o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, a interação social é parte fundamental na representação dos trabalhadores, atividade sempre presente nas ações da CSB. "Este esforço corrobora uma tese nossa de que não há condições, viabilidade, de um país crescer e se desenvolver sem distribuir renda, incluir socialmente, ouvir e ter a participação dos trabalhadores, que são aqueles que constroem a riqueza do nosso país", reiterou.

Em seu discurso, o ministro da Secretaria dos Portos, Edinho Araújo, destacou a realidade da CSB e a militância de Antonio Neto como referência para o estado de São Paulo para o Brasil. "Hoje é um momento de festa, histórico, e nós estamos aqui para aplaudir todos os atores que participaram desta alegria e desse momento importante para a classe trabalhadora do nosso país", afirmou.

Para o deputado federal Baleia Rossi, a consolidação da CSB é um fator importante para fortalecer a luta dos trabalhadores de todo o Brasil. "Sou um grande apoiador das batalhas da CSB e estarei à disposição dos trabalhadores na Câmara dos Deputados", disse.

Lincoln Portela afirmou que os trabalhadores brasileiros têm feito com que o Brasil se desenvolva a cada dia. "Por certo a CSB, que já está engrandecendo o Brasil, ajudando o Brasil a progredir e prosperar, haverá de galgar novos patamares e fará com que mais sindicatos somem esforços para fazermos um Brasil melhor", parabenizou o deputado.

Em seu discurso, Neto destacou o trabalho da CSB pela unicidade sindical e democracia

Diretoria Executiva e dirigentes da Central prestigiaram a cerimônia

Na visão de Pompeo de Mattos, o movimento sindical é fundamental para a democracia, valorização do trabalho e dos trabalhadores. "A CSB vem ocupar um espaço que estava precisando ser ocupado. Se na política não há lugar vazio, no movimento sindical é assim também. A aferição é um reconhecimento do trabalho e organização da Central", destacou o parlamentar.

JORNAL CSB
Abr/2015

Autoridades destacam a importância do fortalecimento das instituições e da classe trabalhadora

Michel Temer, Manoel Dias, Carlos Gabas e Edinho Araújo reafirmaram a necessidade de união de forças pelo Brasil

Os discursos das autoridades presentes à cerimônia de entrega do certificado da CSB revelaram o caráter de união de forças entre sociedade, governo e representantes dos trabalhadores, proposto por Michel Temer, Manoel Dias, Carlos Gabas e Edinho Araújo, nas lutas que o Brasil precisa encampar.

Temer: "O Brasil mudou de fisionomia perante o mundo, e isso não podemos permitir que se tente destruir"

O vice-presidente da República destacou a importância da organização das entidades de representação e da Constituição de 1988 na vida dos brasileiros. "Muitos podem dizer que acompanharam momentos em que uma reunião como esta não era possível. O direito à informação, à associação e à união era vedado. E o direito dos trabalhadores, impedido. Nós conseguimos redemocratizar e aplicar os princípios da Constituição", reforçou.

Michel Temer reconheceu a força da Nação em superar seus desafios. "Temos de ter voz ativa e altiva para dizer 'O Brasil está num dos melhores momentos de toda a sua história'. E nós estamos crescendo cada vez mais. Em 12 anos, o Brasil mudou de fisionomia perante o mundo, e isso não podemos permitir que se tente destruir", comemorou.

Manoel Dias convoca trabalhadores para discutir políticas públicas de trabalho

A geração de empregos nos últimos 12 anos e a capacidade de crescimento do Brasil, com o aumento real do salário mínimo, foram destacadas pelo ministro do Trabalho e Emprego.

Para Manoel Dias, os acordos coletivos firmados em todo o Brasil são indicadores dos avanços nas negociações, embasadas pelos índices favoráveis. O salário cresceu 75% acima da inflação no período, balizando todos os acordos. "A construção daquele Brasil que nós queremos passa pela efetiva participação dos trabalhadores brasileiros. E isso só acontece se tivermos sindicatos fortes, central forte, que representam estes interesses", disse.

Carlos Gabas e a construção de espaços democráticos de representação dos trabalhadores

Na concepção do ministro da Previdência Social, a sociedade precisa agir em conjunto para fortalecer a representação da classe trabalhadora. "É este o esforço de construir um espaço democrático de representação, que de fato defenda os interesses, represente esta grande quantidade de sindicatos de trabalhadores do nosso país", defendeu.

Carlos Gabas afirmou que o interesse do Ministério é agir para que a Previdência Social consiga trabalhar sempre pelos trabalhadores. "Nós precisamos ter a garantia de que a Previdência Social, daqui a cem anos, ainda seja capaz de garantir direitos", reforçou.

Edinho Araújo destaca a importância do movimento sindical

O ministro da Secretaria de Portos ressaltou o papel importante das centrais sindicais na construção da representação dos trabalhadores. Para Edinho Araújo, o momento atual é de conjunção de forças. Em sua análise, a organização sindical é fator determinante nas lutas do povo. "Sei o quanto o Neto vive intensamente esta causa – que é apaixonante –, e que todos constroem com a sua visão, colaboração no dia a dia, no seu estado, na sua cidade, no seu sindicato", reforçou.

Veja no site da CSB a galeria de fotos da cerimônia.

Em reunião nacional, CSB define diretrizes e ações para 2015

Objetivo da Central é fortalecer a entidade na luta pelos trabalhadores, além de promover encontros setoriais pelo Brasil e preparar o Congresso Nacional da Entidade

Dirigentes de todo o Brasil participaram da reunião da Executiva Nacional

Juvenal Cim, Flávio Werneck, Alvaro Egea, Antonio Neto e Maria Barbara da Costa. A vice-presidente falou sobre a igualdade de direitos entre homens e mulheres

Cosme Nogueira disse que a filiação dos sindicatos a uma central representa o fortalecimento da atuação

No mês de fevereiro, a CSB reuniu a Diretoria Executiva e dirigentes da Central para definir as diretrizes e o planejamento de ações para 2015. O encontro aconteceu em Brasília e contou com a presença de cerca de 300 sindicalistas. O fortalecimento da CSB, a defesa dos direitos trabalhistas, a luta contra os avanços e a interferência do mercado financeiro no governo, a promoção de encontros das categorias e as plenárias regionais são os principais objetivos e metas da entidade.

Antonio Neto afirmou que é preciso união dos dirigentes e dos sindicatos para que não aconteça retrocesso nos direitos trabalhistas e para que haja mais conquistas. Neto destacou que a Central e os sindicatos e precisam pressionar o Congresso Nacional para aprovar os temas há anos parados na Casa. O dirigente reforçou a necessidade da redução da jornada de trabalho e do fim do fator previdenciário para a vida dos trabalhadores.

"A redução da jornada está há 19 anos parada no Congresso. Não dá mais para esperar. Quanto ao fator previdenciário, ele reduz em até 40% a aposentadoria do trabalhador. Isso é inadmissível e só cria ainda mais problemas para a vida do povo que ajudou o Brasil a crescer", completou Antonio Neto.

Outro do ponto debatido no encontro foi a posição contrária da CSB às duas Medidas Provisórias (MPs 664 e 665) editadas pelo governo, no final de 2014, sem qualquer consulta ou discussão prévia com a representação sindical dos trabalhadores, que, para corrigir distorções e fraudes, atacam e reduzem direitos em benefícios como o seguro-desemprego e abono salarial.

De acordo com o vice-presidente Luiz Sérgio Lopes, o governo pode usar outras formas de controle se quer acabar com o mau uso do seguro-desemprego. "Verificar a taxa de rotatividade e criar mecanismos que impeçam as demissões arbitrárias são exemplos de ações. O governo necessita investir na fiscalização para combater as fraudes no benefício e não prejudicar os trabalhadores", criticou.

Para José Avelino Pereira (Chinelo), os trabalhadores não devem pagar o preço do ajuste fiscal. "Em momento algum o governo ofereceu outro setor em sacrifício. Podem trabalhar isso em outras questões, como as grandes fortunas, aumentar a fiscalização aos sonegadores", avaliou o vice-presidente.

Maria Barbara da Costa reforçou a necessidade da permanência das condições dos benefícios trabalhistas. A vice-presidente defendeu também a igualdade de direitos entre homens e mulheres no mercado de trabalho. "Queremos que as mulheres ganhem os mesmos salários dos homens, além da mobilização política da juventude. Além disso, queremos o Brasil crescendo cada vez mais. Não permitiremos retrocesso nas conquistas já obtidas", disse a dirigente.

"O fator previdenciário reduz em até 40% a aposentadoria do trabalhador. Isso é inadmissível e só cria ainda mais problemas para a vida do povo que ajudou o Brasil a crescer" Antonio Neto.

Campanha Nacional de Filiação

Durante a reunião, foi lançada a Campanha Nacional de Filiação. O objetivo é fortalecer a base, avançar nas lutas, nas conquistas e nos direitos trabalhistas. Em 2015, a Central conquistou o índice de representatividade sindical de 7,43% junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). "Hoje temos mais de 500 sindicatos filiados. Estamos crescendo. Nós temos uma visão nacionalista e trabalhista, uma pluralidade interna e capacidade de garantir espaço para todos os dirigentes sindicais. Por isso cada sindicato filiado representa uma peça importante para o crescimento da Central e o fortalecimento na luta pelos trabalhadores", disse Antonio Neto.

Para Cosme Nogueira, diretor da CSB, não é nenhum exagero afirmar que a luta dos trabalhadores, seja ela vertical ou horizontal, por aumentos salariais, conquistas pontuais ou ampliação dos direitos, passa pela unidade e integração dos sindicatos a uma organização nacional. "Filiar o sindicato a um central é mais do que uma forma de organização, é um meio de fortalecer a luta do proletariado", afirmou.

Segundo o tesoureiro da Central, Juvenal Pedro Cim, a CSB está lutando pelo povo brasileiro. "Nós só temos um lado, o do trabalhador. Temos um compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Temos capacidade de promover e acompanhar os avanços da sociedade, por isso e muito mais que a CSB é a central sindical que merece a confiança dos sindicatos e dos trabalhadores", argumentou o dirigente.

Ampliação da CSB

Uma das prioridades da entidade é a consolidação da Central e a preparação do Congresso Nacional de 2015, deixando os congressos estaduais para um segundo momento. A CSB pretende aprofundar seu protagonismo na organização sindical do País. Para Flávio Werneck, vice-presidente da CSB e presidente do Sindpol-DF, a iniciativa servirá para consolidação e ampliação da atuação da Central. "Crescemos muito nos últimos anos em todo o País. Vamos continuar esta luta", destacou o dirigente.

O secretário-geral Alvaro Egea disse que as plenárias regionais podem ajudar nas filiações. "Acreditamos muito na capacidade de iniciativa e liderança dos companheiros. Podemos aproveitar o período para ativar filiações. As reuniões estaduais podem alavancar nosso crescimento", revelou.

As mesas rotativas ampliaram os debates durante a reunião

Veja no site da CSB a galeria de fotos da reunião da Executiva Nacional.

Encontros setoriais serão realizados para ampliar a ação da Central

Eventos debateram pautas relacionadas às mulheres, aos servidores públicos, à saúde, aos negros, aos trabalhadores rurais e movimentadores de mercadoria

Andréa Myrrha, Antonio Neto, Maria Abadia e Antonieta de Faria (Tieta)

Mulheres

O congresso das mulheres busca sensibilizar e estimular os sindicatos filiados à CSB a empregar ações sobre a questão da mulher trabalhadora. Na opinião de Andréa Myrrha, diretora para assuntos da mulher da CSB, o encontro é importante para reafirmar a organização das mulheres dentro de seus locais de trabalho e também nas esferas da direção sindical. "Nós somos maioria nas categorias profissionais, representamos mais de 70% da força de trabalho nacional, por esta razão se faz necessário debater no âmbito sindical a realidade das mulheres", disse a diretora.

Antônio Cerqueira de Souza (Toti) falou sobre a realidade dos trabalhadores rurais

Trabalhadores rurais

Tem como objetivo debater a organização sindical no setor, a reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a qualificação do trabalhador e previdência social, além do enquadramento profissional e aposentadoria.

De acordo com Antônio Cerqueira de Souza (Toti), coordenador da Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais da CSB, uma das principais bandeiras da Central é a defesa dos excluídos. Segundo ele, não há trabalhador mais excluído no Brasil que o rural. "É necessário que existam leis que apoiem o camponês. Os governantes precisam criar uma política agrícola que apoie o trabalhador rural", disse o coordenador.

Chinelo reforçou a importância de políticas para os negros

Negros

Os temas priorizados para o primeiro encontro de negros e negras da CSB serão: desigualdades e isonomia salarial entre negros e brancos, implementação de políticas de ações afirmativas no trabalho, educação, instância de poder e na segurança pública – setores que mais discriminam a população negra, segundo José Avelino Pereira (Chinelo), vice-presidente da Central. "É fundamental debater a situação do negro no Brasil. Nós discutiremos a realidade brasileira do ponto de vista da nação, do estado e da economia, para refletir os desafios para a construção de um projeto político da população negra para o Brasil", disse.

Marcos Rogério (1º à esquerda) debateu a realidade dos movimentadores

Movimentadores de Mercadorias

Regulamentação da categoria, informalidade e sindicalização serão os pontos debatidos pelo encontro dos movimentadores de mercadoria. Um dos problemas enfrentados é a questão da organização dos profissionais. Para os dirigentes da categoria, todo trabalhador que atua na carga e descarga de materiais é movimentador de mercadorias. "Queremos reunir os movimentadores do Brasil para termos forças para conquistar o reconhecimento e valorização", enfatizou Marcos Rogerio Barbosa dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Salvador e Região (Sintmov).

Veja no site da CSB a galeria de fotos da reunião da Executiva Nacional.

Mato Grosso recebe curso de negociação coletiva para servidores públicos

Representantes de diversas categorias participaram do evento para aperfeiçoar suas ferramentas de luta pelos direitos dos trabalhadores

Cerca de 25 dirigentes participaram do curso de negociação coletiva

Em março, a CSB - em parceria com o Dieese - realizou o curso de negociação coletiva para os servidores públicos do Mato Grosso. O evento contou com o apoio da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso (FESSP-MT) e aconteceu em Cuiabá. Foram convidados para o evento dirigentes sindicais do estado filiados à CSB ou à Federação.

O curso contou com a participação de cerca de 25 dirigentes mato-grossenses. Antonio Neto fez a abertura do evento dando boas-vindas aos participantes e agradecendo a Diany Dias, vice-presidente da CSB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuário e Florestal do Estado de Mato Grosso (SINTAP-MT), e a Wagner Oliveira, diretor jurídico do Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo de Mato Grosso (SINPAIG) e representante da Central no estado, pelo empenho na organização do curso. A iniciativa faz parte de uma política da CSB de formação dos dirigentes sindicais nas técnicas de negociação coletiva, visando buscar avanços nas conquistas para os trabalhadores.

Para o presidente da Central, esse curso é fundamental e tem como objetivo orientar os dirigentes sobre a legislação pertinente ao servidor público. "Nós buscamos preparar o sindicalista para que haja cada vez mais conquistas para os trabalhadores. Para isso, é necessário que o dirigente esteja familiarizado com o processo de estruturação da campanha salarial, pois só assim o trabalhador sairá vitorioso no enfrentamento com o governo na hora de negociar os reajustes salariais", disse.

Aprimoramento e dinamismo para os dirigentes

No primeiro dia do curso, ministrado por técnicos do Dieese, foram apresentados aos participantes o conceito e o processo de negociação coletiva. As palestras abordaram as seguintes temáticas: negociação coletiva no setor público municipal, estratégias e táticas a respeito de campanha salarial, regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e atributos do bom negociador.

Segundo Neto, o curso teve influência significativa para o trabalho dos dirigentes. Ele elogiou a presença de muitos sindicatos no evento, ressaltando que o curso fortalece ainda mais a classe trabalhadora e a capacidade de negociação especializada de seus representantes. O presidente reforçou ainda a metodologia de aplicação do curso, que aborda, além da teoria, muito treinamento e simulações de situações reais.

Entre os temas debatidos está a redação da Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determina que as cláusulas dos acordos e convenções coletivas de trabalho passam a valer até a conclusão de uma nova negociação.

"O curso se faz um diferencial, pois qualifica os gestores sindicais para prestar melhor serviço aos seus sindicalizados." Diany Dias

A importância do curso

Diany Dias disse que o sindicalismo é a esperança de cada um dos trabalhadores. Por isso, o SINTAP-MT, assim como todos os outros sindicatos, busca a qualidade de vida aos servidores. "O curso se faz um diferencial, pois qualifica os gestores sindicais para prestar melhor serviço aos seus sindicalizados. Asseguro que todo o conteúdo será bem aproveitado e espero que todos que estiveram presentes assimilem, voltem para sua base e multipliquem este aprendizado, tornando-se realmente fortes, diferencialmente respaldados em formação e qualificação", disse. A vice-presidente também agradeceu a presença de todos os gestores no curso e a atuação da CSB no Mato Grosso.

Segundo Wagner Oliveira, a realização do curso foi um marco para os dirigentes sindicais e para a CSB no estado. "Este curso de capacitação era esperado há muito tempo pelo movimento sindical mato-grossense. Trouxe conhecimento de qualidade para os dirigentes, pois as entidades representantes dos servidores públicos enfrentam muitas dificuldades nas negociações com o executivo. Tudo que foi aprendido será útil na luta pelos trabalhadores", afirmou.

Os alunos saíram do curso entusiasmados e confiantes para as próximas negociações. "Sempre que podemos reunir todo mundo e debater os assuntos de interesse dos trabalhadores, podemos analisar possíveis falhas e buscar melhorias", defendeu Nedilson Maciel, presidente da (FESSP-MT). Segundo o dirigente, iniciativas como o curso do Dieese evidenciam o trabalho da CSB pela valorização dos sindicatos e a união em defesa dos trabalhadores. "Só com investimento e respeito pelas entidades e por aqueles que as representam é que conseguimos fortalecer a luta por melhores salários e condições de trabalho para as categorias", concluiu.

Técnico do Dieese ministrou aula sobre negociação coletiva no setor público municipal

Presidente da CSB reiterou o apoio da Central à categoria

JORNAL CSB
Abr/2015

Assédio Moral nas relações corporativas afeta 50% dos trabalhadores brasileiros

Lógica de constrangimento incentivada pelo modelo neoliberal de organização do trabalho deverá impactar mais de 350 milhões de pessoas

José Roberto Heloani durante palestra sobre assédio moral no Seminário de Pauta do Sindpd

A maneira como se configuram as relações de trabalho sofreu significativas alterações ao longo dos anos, especialmente com a escalada do modelo neoliberal de organização da rotina corporativa, em que o alcance das metas encontrou justificativa em si mesmo. Neste cenário, especialistas e organizações mundiais emitem um alerta sobre os números crescentes de transtornos mentais ou de ordem comportamental que encontram raiz na lógica de constrangimento do assédio moral – a exposição do trabalhador a situações humilhantes, de forma repetitiva e prolongada, durante a jornada de trabalho e relativas às funções que exerce na companhia.

No Brasil, nos anos de 2013 e 2014, os casos de assédio aumentaram em cerca de 30% segundo números de processos do Tribunal Superior do Trabalho (TST). De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aproximadamente 50% dos trabalhadores já enfrentaram algum nível de assédio moral no trabalho, índice que o fundamenta como um problema de grave impacto à saúde pública e aos direitos trabalhistas.

No mundo, a partir de levantamento do Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020, da Organização Mundial da Saúde (OMS), a incidência de distúrbios mentais já representa 13% de todas as doenças e 1/3 das patologias não transmissíveis. Após constatar que aproximadamente 700 milhões de pessoas sofrem por doenças mentais ou neurológicas, a OMS também pôde observar que grande parte deste total não tem acompanhamento médico. Com base nestes dados, a entidade delineia hipótese em que cerca de 350 milhões de pessoas deverão sofrer de depressão e 90 milhões serão acometidas por desordem pelo abuso ou dependência de alguma substância.

Fragilização

Para José Roberto Heloani, doutor em Psicologia pela FGV-SP, as ações de assédio moral trabalham com a perspectiva de isolamento do assediado, já que ao sofrer humilhação o indivíduo não encontra sua legitimidade no grupo do qual faz parte. "O isolamento é uma das táticas mais utilizadas, em organizações públicas e privadas, para que o assediado não saiba o que acontece e sinta-se fragilizado", disse.

O especialista reitera que, apesar da possível alegação de desconhecimento sobre as implicações legais por parte do agressor, ele tem ciência do ato ilícito. "O assédio pressupõe intencionalidade, direcionalidade, certa sistemática. Quem o faz pode não saber que sua atitude é condenável juridicamente, mas sabe que é imoral e antiética", ressaltou Heloani.

De acordo com o especialista, além de objetivar metas impossíveis de serem cumpridas ou utilizar-se do medo como agente disciplinador do grupo, o assédio moral atropela a ética e a própria dignidade humana e das relações de trabalho. "A violência no trabalho é reflexo de uma sociedade doentia, que preza muito mais pelas mercadorias do que pelas pessoas, e que educa crianças e adolescentes a pensar assim desde pequenos", pondera.

Papel do movimento sindical

Embora seja um fenômeno social tão velho quanto a gênese do trabalho, a discussão sobre o assédio moral ainda é relativamente nova, razão que favorece distorções e dificulta seu controle ou diminuição. Sob a ótica da ação efetiva, o movimento sindical pode desempenhar papel determinante, por sua busca pela dignidade das relações de trabalho e, especialmente, por traduzir o princípio de pertencimento, em que os trabalhadores não estão mais isolados em seus enfrentamentos.

Para Heloani, é necessário mexer com a essência e a forma de organização do trabalho e descartar o assédio como questão pessoal, já que, na verdade, sua prática tem muito a dizer sobre o grupo. "Quando todos só pensam no cumprimento da meta, o outro é coisa, não gente. Pois não dá tempo para pensar ou sentir, muito menos se colocar no lugar do outro. O assédio não é um crime individual, mas um problema que decorre na própria forma de gerenciar o trabalho", afirmou.

Neste sentido, o movimento sindical, por meio da experiência diária com a classe trabalhadora, tem condições de identificar aquilo que os especialistas chamam de "evento sentinela". O termo é uma espécie de sinalizador das ocorrências que afetam a vida corporativa de dada categoria para, assim, promover diálogos e intervenções naquele ambiente, utilizando-se de espaços públicos de discussões nos quais o trabalhador perceba-se como parte integrante e que, sobretudo, haja possibilidade para externar problemas, angústias e expectativas, conforme aponta Heloani em seu artigo Assédio Moral - um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho.

"Em outros termos, tal discussão, que no atual momento nos parece utópica, pode levar as pessoas a perceberem que seu problema não é individual, que não lhes falta competência. Trata-se de um fenômeno que envolve interações sociais complexas e, portanto, as vítimas da violência não devem se culpar", explica.

Dirigentes lutam contra o fim da profissão de técnico em contabilidade

CSB tem promovido ações nas mais variadas instâncias legais para que artigo do Decreto-Lei nº 9295/46 seja revogado

Dirigentes expuseram ao vice-presidente da República, Michel Temer, as consequências do fim da profissão de técnico para os trabalhadores

Aprovado em 2010, o Decreto-Lei nº 9295/46 – em seu Artigo 12 – estabelece que apenas os bacharéis em Ciências Contábeis exerçam a profissão e se registrem no Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A redação do texto é dada pela Lei nº 12.249, de 2010. Segundo ela, a partir de 1 de junho de 2015 os técnicos em contabilidade não registrados e que não fizeram o exame do CFC serão proibidos de fazê-los, além de não poderem mais solicitar o registro nos conselhos regionais.

Diante deste cenário, a CSB, com o apoio da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia (Fedcont), encampou uma intensa mobilização junto ao governo e à justiça para defender a manutenção da profissão. Encontros com o vice-presidente da República, Michel Temer, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, parlamentares no Congresso, ministros, além de audiências públicas, deram o tom das ações da Central.

Em reunião com Michel Temer, Antonio Neto e dirigentes das federações de contabilistas expuseram a realidade da categoria. O presidente da CSB explicou que a lei foi inserida, de maneira equivocada, numa Medida Provisória e representa uma sistemática ameaça ao futuro da profissão. "Esta lei vai acabar com 200 mil postos de trabalho, além de ir contra o Pronatec, que assegura aos jovens a formação para obter o primeiro emprego", criticou.

Luiz Sergio Lopes, vice-presidente da CSB e presidente da Fedcont, expôs a Michel Temer as consequências da extinção da profissão. O dirigente elaborou um dossiê que relata todos os documentos sobre o tema e todas as ações da categoria em defesa da profissão e entregou a Temer.

No encontro com Miguel Rossetto, os dirigentes expuseram ainda que a não revogação da lei implica grave problema social. Para Lopes, o fim da profissão de técnico e o fechamento dos cursos não visam melhorar a qualidade do ensino, mas sim atender a interesses econômicos.

"Se houvesse o real objetivo de melhorar a educação técnica, em vez de propor a extinção apenas, o Conselho Federal de Contabilidade teria promovido outro tipo de discussão. Querem destruir para depois reconstruir, a partir dos cursos superiores. O que houve foi o atendimento dos interesses de algumas dessas entidades privadas", criticou.

Temer e Rossetto disseram que a situação é preocupante, se mostraram atentos e solidários à questão, e se dispuseram a debater o assunto junto ao governo.

Mobilização no Congresso

Audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e na Assembleia Legislativa do Rio, além de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, foram feitas para defender a profissão. "A mudança vai cercear o acesso das pessoas ao exercício de uma profissão que está normalmente legalizada no País e funcionando. Essa ADI pede à Rosa Weber que dê parecer favorável e emita uma liminar que suspenda a eficácia das modificações do Decreto-Lei", explicou Luiz Sergio Lopes.

Segundo o dirigente, o interior do País será o grande prejudicado com o fim da profissão de técnico, uma vez que as faculdades de contabilidade estão concentradas em grandes centros. Lopes afirma que o assunto não se constrói pela seara corporativista, mas sim pela necessidade social. "Esta lei é uma aberração, fruto de lobby das grandes faculdades. Precisamos acabar com isso em nome da dignidade de milhares de trabalhadores", declarou Lopes.

Em reunião com o deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), líder do partido na Câmara dos Deputados, a CSB pediu a intervenção e a articulação do parlamentar na bancada da legenda para articular a questão. Picciani se comprometeu a debater e levar a posição da CSB para a bancada do partido, bem como discutir profundamente o tema, a fim de encontrar uma solução para evitar o fim da profissão.

Durante as reuniões da Diretoria Executiva da CSB, ao longo desta mobilização, a Central se mostrou unida em defesa da categoria. O vice-presidente da CSB destacou a importância da profissão para a economia brasileira. "Há a enorme necessidade de suprir o mercado, e esse segmento dos profissionais de nível técnico é essencial para poder atender à demanda existente no País. Nem todas as cidades possuem uma faculdade de Ciências Contábeis, mas contam com pelo menos um curso técnico. São esses os que realmente conseguem suprir as necessidades dos comerciantes locais", completou.

Dirigentes explicaram a Miguel Rossetto o grave problema social causado pelo fim da profissão

Antonio Neto, Ernesto Pereira e Alessandro Rodrigues durante reunião com o deputado Leonardo Picciani (ao centro)

JORNAL CSB
Abr/2015

TRT-2 aceita taxa assistencial dos não sócios dos sindicatos

Decisão sustenta que a Convenção Coletiva atende a categoria e, por isso, deve ter efeito para todos

Na forma da lei (CLT, Artigo 611), as conquistas obtidas nas negociações coletivas e nos Dissídios Coletivos de trabalho beneficiam todos, sócios e não sócios dos sindicatos. Esse é o modelo brasileiro atual, questão que grande parte dos operadores do Direito do Trabalho desconhece. Se assim o é, não é lógico nem razoável que somente os sócios dos sindicatos arquem com o custeio da entidade sindical, para fazer face aos custos das campanhas salariais/negociações coletivas, Dissídios Coletivos e demais despesas que são necessárias para se chegar a um resultado favorável aos trabalhadores (às vezes, a greve).

O entendimento consubstanciado no Precedente Normativo nº 119 do Tribunal Superior do Trabalho, que tem embasado a jurisprudência trabalhista, ao contrário do esperado, está servindo para enfraquecer os sindicatos sérios e atuantes e provocar desequilíbrio de forças entre capital e trabalho. Está servindo para diminuir cada vez mais o número de associados dos sindicatos, porque ninguém quer mais ser sócio para bancar quem não o é, porque não faz diferença ser sócio ou não, uma vez que tudo o que o sindicato conquista se aplica a todos.

Esse entendimento é equivocado e representa enfraquecimento dos sindicatos sérios e atuantes ao desrespeitar as decisões tomadas em assembleias soberanas dos trabalhadores, nas quais são aprovadas as reivindicações da categoria, as conquistas negociadas e a forma de custeio dos sindicatos. O Estado, em vez de ajudar a fortalecer os sindicatos sérios, tem interferido para dizer que os não sócios, que são beneficiados igualmente aos sócios, não devem ser solidários no custeio das atividades sindicais.

Constitucionalmente é direito de todos, inclusive dos trabalhadores, reunirem-se pacificamente em assembleia geral a fim de criarem normas coletivas, as quais são reconhecidas como direito fundamental dos trabalhadores, sendo direito das associações receber contribuições daqueles que participam das categorias econômicas e profissionais. Assim, a orientação jurisprudencial do TST, que não reconhece valor às decisões dos trabalhadores, autorizando o desconto de valores para o custeio sindical, representa intervenção indevida no âmbito da atividade sindical, inibindo o conteúdo das normas coletivas, e, por isso, constitui atentado à liberdade e autonomia sindicais.

> *"As conquistas obtidas nas negociações coletivas e nos Dissídios Coletivos de trabalho beneficiam todos, sócios e não sócios dos sindicatos."*

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região fundamentou em sua decisão que "[...] tendo em vista que os benefícios da decisão normativa ou do acordo coletivo beneficiam todos os integrantes da categoria profissional, não se configura qualquer hostilidade ao princípio da legalidade ou da livre associação (grifados). O obstáculo à cobrança não consiste na condição de associado ou não, uma vez que o inciso IV do Artigo 8º da Constituição Federal

abrange a categoria profissional, tampouco na falta de colheita de autorização, mas sim na oposição expressa do trabalhador para os descontos". E que "as convenções coletivas de trabalho superam o mero ajuste contratual, constituindo também normas jurídicas gerais e abstratas negociadas com ampla liberdade pelos entes sindicais".

É interessante notar que essa decisão enfrentou de forma ímpar e lapidar a intervenção indevida do Estado no âmbito da atividade sindical, a qual inibe o conteúdo das normas coletivas e constitui atentado à liberdade e autonomia sindicais, porque cassa o direito/dever constitucional das entidades e dos trabalhadores, sócios ou não, de se reunirem pacificamente em assembleia geral a fim de criarem normas coletivas que são reconhecidas constitucionalmente.

Fonte: Consultor Jurídico

TST reafirma súmula contra terceirização da atividade-fim

Procuradoria Geral da República também classificou a prática como fraude

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antonio José de Barros Levenhagen, reiterou os objetivos da Corte ao criar a Súmula 331 – que impede a terceirização de atividades-fim –, afirmando seu intuito de preservação dos princípios constitucionais do valor social do trabalho e da isonomia laboral.

Respondendo aos questionamentos sobre a legalidade da medida externados pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator no STF da ação movida pela Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Levenhagen assegura que a Súmula garante "igualdade de condições de trabalho e de salários" entre os trabalhadores. Em ofício dirigido ao Supremo, ele enfatiza que o TST agiu com "o anseio de proporcionar solução equânime para os conflitos" envolvendo terceirizados e funcionários permanentes.

Para Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), a posição do ministro – corroborada pela Procuradoria Geral da República, que já classificou como fraude a terceirização de atividades-fim – fortalece as perspectivas de manutenção da Súmula 331. "O risco diminuiu com as articulações das entidades sindicais. A reação das entidades, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, foi determinante para anular aquela tendência inicial favorável à empresa. As perspectivas, agora, são maiores de uma vitória do sindicalismo", acredita o diretor do Diap.

Com informações do Repórter Sindical

Ministério do Trabalho lança campanha contra fraudes no FGTS

Presidente Antonio Neto participou do evento que divulgou medidas para impedir a informalidade e garantir os direitos dos trabalhadores

Em fevereiro, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou uma série de medidas para coibir as fraudes praticadas sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O MTE vai intensificar a fiscalização contra a informalidade no mercado de trabalho e a sonegação dos valores devidos ao Fundo. Antonio Neto participou do evento em Brasília.

O ministro do Trabalho, Manoel Dias, disse que os auditores fiscais do órgão colocarão em prática nova fase do Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados, com novas ferramentas de fiscalização, inclusive eletrônica, que, segundo Dias, vão otimizar a ação do MTE.

"Mesmo que tenhamos hoje mais de 50 milhões de pessoas empregadas formalmente, ainda temos 14 milhões de trabalhadores em situação irregular, que não têm acesso aos seus direitos básicos. Isso representa uma sonegação de R$ 80 bilhões por ano à Previdência e ao FGTS", explicou Manoel Dias. A expectativa é tirar da informalidade mais de 400 mil pessoas nessa fase dos trabalhos.

Antonio Neto afirmou que a formalização do mercado de trabalho é fator fundamental na proteção dos trabalhadores. Segundo o presidente da CSB, os maus empresários, que contratam funcionários sem registro em carteira, cometem um crime contra o Brasil.

"A carteira assinada é a defesa que o trabalhador mais precisa. Com o registro, ele terá todos os direitos e benefícios garantidos pela lei, inclusive o FGTS. E também combater as práticas de empresas que deixam de recolher o Fundo é tarefa primordial do Ministério", disse.

Segundo o MTE, a sonegação média do FGTS pelas empresas é de 7% ao ano, o que representa R$ 7,3 bilhões – dados de 2014, ano em que a arrecadação do Fundo foi de R$ 104,5 bilhões. Com as medidas anunciadas pelo ministro, o governo espera elevar as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do FGTS e da Previdência Social em R$ 5,2 bilhões em 2015.

Com informações do MTE

Manoel Dias expôs as medidas para conter as fraudes no Fundo de Garantia

Desoneração da folha ajudou a criar emprego

Estudo mostra que vagas cresceram 17% em empresas que tiveram benefício, e nas demais a alta foi de 2,9%

Uma tese de mestrado recém-defendida sugere que a desoneração da folha de salários teve efeito positivo para o emprego e a remuneração dos trabalhadores nas empresas e setores beneficiados. Usando informações sobre 74 mil empresas dos quatro primeiros setores abrangidos pela medida, o estudo indica que em 2012 o número médio de empregados nas firmas desoneradas aumentou 17,1%, enquanto nas empresas do mesmo setor não beneficiadas pela medida a alta foi de 2,9%.

O trabalho foi defendido pelo brasileiro Clóvis Scherer (Dieese) no Instituto de Estudos Sociais (ISS) de Haia, na Holanda. O objetivo foi avaliar os impactos da polêmica medida sobre o mercado de trabalho (emprego, horas trabalhadas e salários) nos primeiros quatro setores beneficiados – indústria de couro e calçados, de confecções e de parte do setor têxtil, empresas de call center e serviços de tecnologia da informação – no primeiro ano de vigência da nova regra.

A desoneração da folha de salários, nos cálculos da Receita Federal, custou R$ 3,6 bilhões em 2012 em renúncia fiscal. No ano passado, quando a medida já beneficiava 56 setores, a conta chegou a R$ 21,6 bilhões.

Por essa magnitude, e pela dificuldade de mapear seu custo-benefício, a regra que alterou a forma de contribuição patronal para a Previdência (passou de uma parcela de 20% sobre a folha de salários para percentual entre 1% a 2% do faturamento) tem sido apontada como candidata ao ajuste fiscal.

Nos quatro setores estudados, o total de vínculos formais de trabalho passou de 779,3 mil, em 2011, para 827,7 mil, em 2012. Desse aumento de 48,4 mil novos vínculos, 31,2 mil (ou 64% do total) foram gerados em empresas sob o regime tributário alcançado pela desoneração.

Além de o emprego ter crescido mais nas empresas desoneradas, o desempenho das horas trabalhadas (9,6% a mais) e do salário real (2,3% a mais) também foram melhores, aponta Scherer.

Fonte: Valor Econômico

JORNAL CSB
Abr/2015

Com o objetivo de ampliar filiações, mais de 100 dirigentes participam da fundação da seccional da CSB-CE

Durante o encontro, que contou com a presença de Antonio Neto, 30 entidades formalizaram suas filiações à Central

Mais de 30 entidades formalizaram filiação à CSB na Plenária do Ceará

A Reunião Plenária da CSB no Ceará consolidou a fundação da seccional da Central no estado. Mais de 100 dirigentes participaram do encontro realizado em Fortaleza, no qual duas federações e 28 sindicatos oficializaram suas filiações à Entidade.

A seccional do Ceará será coordenada por um colegiado composto por um integrante de cada sindicato filiado. Antonio Neto afirmou que esta decisão corrobora os ideais da CSB. "Somos uma central formada por dirigentes desprendidos dos cargos. Todos comprometidos com a luta, colocando os espaços de direção para todos aqueles que se integram à nossa central. Por isso, considero que a decisão de formarmos um colegiado, comprometendo os filiados com o crescimento da CSB, é fundamental para os desafios que temos pela frente", avaliou.

O presidente afirmou que o evento e a criação da seccional também servem de norte para ampliar filiações e organizar a luta dos trabalhadores em defesa dos direitos. "Os companheiros do Ceará estão dando um exemplo para todo o Brasil. Eu tinha a intenção de lançar o desafio de dobrar nossas filiações num mês e triplicar em dois. Mas vocês já fizeram isso, com o ingresso de todos estes sindicatos", disse.

"Por isso, mantenho agora o desafio de dobrarmos o número de filiados em dois meses. E esse crescimento não tem o objetivo apenas de crescer, mas de fortalecer a luta dos trabalhadores no Brasil, construindo uma central comprometida com os sindicatos", completou Neto.

Em maio, a região do Cariri sediará um novo encontro para aprofundar as discussões iniciadas na plenária de Fortaleza. Diante da necessidade de consolidar a CSB nacionalmente, o Congresso será realizado apenas em 2015.

Sindicatos de São Paulo se reúnem em Tupã para ampliar filiações

Dirigentes se encontraram na cidade paulista para debater o crescimento da CSB e o trabalho de filiação no estado. O vice-presidente José Avelino Pereira e representantes reforçaram a necessidade de união e diálogo constante na luta pelo fortalecimento da Entidade e pela defesa dos trabalhadores.

Dirigentes do vestuário se reuniram na sede da Central para debater o crescimento do setor

Dirigentes do vestuário discutem políticas para a reativação da indústria de confecção

Sindicalistas pretendem participar dos fóruns de discussão de propostas para alavancar o setor

Representantes dos sindicatos do vestuário filiados à CSB (Guarulhos, Barueri, Jundiaí, São José dos Campos e Presidente Prudente) se reuniram na sede da Central para debater a situação econômica da indústria de vestuário e a participação dos filiados em todos os fóruns de discussão de políticas para alavancar a indústria de confecção.

José Laurindo Portela, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de São José dos Campos, lembrou o desafio de lutar pela redução do ICMS para a indústria paulista de confecções de roupas.

Alvaro Egea, secretário-geral da CSB, destacou que os empresários do patronal estavam pessimistas diante da impossibilidade de redução. Mas, após ação política da categoria, e em parceria com empresários e deputados estaduais, houve a redução do ICMS de 12% para 7% na indústria paulista de confecções de roupas, renovado nos anos seguintes.

Eliseu de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Jundiaí, enfatizou que os trabalhadores querem conhecer melhor a política de desoneração da folha de pagamento para o setor industrial.

Fonte: Sindvestuario Guarulhos

JORNAL CSB
Abr/2015

Movimentadores de mercadorias se reúnem com Manoel Dias para debater direitos

CSB articulou reunião com ministro do Trabalho e reiterou apoio à manutenção das conquistas dos trabalhadores

Antonio Neto e dirigentes da categoria pediram o apoio do MTE nos direitos dos movimentadores

Dirigentes da CSB e representantes dos trabalhadores na movimentação de mercadorias se reuniram com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, para tratar de pontos referentes à Lei nº 12.023/2009, que trata das atividades da categoria e das condições dos trabalhadores avulsos. Os conflitos gerados pelo pedido de revogação do Artigo 3º da Lei, defendida por alguns setores do movimento sindical e combatida pela CSB, foram o tema central do encontro.

O artigo determina que "as atividades serão exercidas por trabalhadores com vínculo empregatício ou em regime de trabalho avulso nas empresas tomadoras do serviço". Segundo os representantes da CSB, a revogação estimula a informalidade e acaba com o vínculo empregatício da categoria com as empresas.

"Sendo só avulso, o trabalhador não tem anotação na carteira de trabalho, e isso o deixará nas mãos de cooperativas. Alterar a Lei nº 12.023 é um retrocesso nos direitos trabalhistas", argumenta Raimundo Firmino dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias.

José Lucas da Silva, presidente da Federação dos Movimentadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, explica que a reunião teve como objetivo buscar o entendimento do ministro para proteger a lei que regulamenta a profissão. "A lei só trouxe benefícios para a categoria. Qualquer alteração irá acarretar perda aos trabalhadores", afirma.

Para Marcos Rogério, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral de Salvador e Região, há um grande equívoco na tentativa de revogação. "É um grande erro querer transformar os trabalhadores avulsos em 'serviço'. Eles são parte da categoria dos movimentadores e têm seus direitos garantidos pelos sindicatos", contestou.

Segundo o presidente da Federação dos Movimentadores de São Paulo, Alfredo Ferreira de Souza, a lei promoveu uma verdadeira revolução na categoria, assegurou direitos para trabalhadores que muitas vezes eram esquecidos pelas próprias instituições públicas. "Estudos preliminares já mostram que a formalização chegou a quase 1 milhão de trabalhadores nos últimos anos. Esta é uma conquista que ficará na história do País como o resgate de uma dívida que o Estado tinha com os trabalhadores da movimentação", destacou.

Outro ponto abordado na reunião foi a questão da fiscalização das empresas que não cumprem a lei, a regularização dos sindicatos e a inserção dos trabalhadores avulsos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Trabalhadores da construção pesada de Goiás receberão salários atrasados

Em reunião com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, Central obteve compromisso do governo com a solução do caso

Representantes da construção pesada receberam o apoio do Ministério na resolução do problema salarial da categoria

Dirigentes da CSB se reuniram com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, para discutir a situação dos trabalhadores da construção pesada de Goiás, que estavam desde fevereiro sem receber salários. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (STICEP) entregou à CSB um documento em que pede a ajuda da Central na resolução do pagamento dos vencimentos de cerca de mil funcionários da Constran S/A Construções e Comércio. A empresa é contratada da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., vinculada ao Ministério dos Transportes, e opera na implantação da Ferrovia Norte-Sul em Goiás.

Na reunião em Brasília, o ministro do Trabalho afirmou que houve um problema orçamentário do governo que já foi resolvido. O pagamento às empresas e, consequentemente, os salários dos trabalhadores foram quitados em março.

Antonio Neto afirmou que a notícia trouxe alívio à categoria, que enfrentava dificuldades em Goiás. "Esta resposta do ministro tranquilizou os trabalhadores e deu às empresas segurança para continuar desempenhando o trabalho na construção da ferrovia", disse.

A Valec havia suspendido os vencimentos à Constran, fato que gerou o atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores. Na época, a construtora enviou ao STICEP uma carta que relatava a situação.

"Estamos muito satisfeitos com a resolução do problema e vamos acompanhar a situação desses trabalhadores. O STICEP e a CSB permanecerão ao lado da categoria", concluiu o presidente da CSB.